

A RURALIDADE NO MUNICÍPIO DE RIACHO DE SANTANA – RN

Kelly Íkalla Aires de Almeida

Graduada em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte –
UERN, Campus CAMEAM - Pau dos Ferros
kelly_ikalla@hotmail.com

Cícero Nilton Moreira da Silva

Prof. Dr. do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN,
Campus CAMEAM - Pau dos Ferros
ciceronilton@yahoo.com.br

Resumo:

Distinguir o rural do urbano tem sido cada vez mais complexo. Os elementos tidos como rurais e urbanos tem se mesclado, confundindo os limites desses espaços, principalmente após a chamada “*urbanização do campo*” e seus efeitos sobre a “*ruralidade*”. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo identificar como se caracteriza a ruralidade no município de Riacho de Santana – RN. Para tanto, considera-se a concentração populacional do campo, comprovada pelos dados estatísticos dos censos populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e dados atualizados pela prefeitura do referente município. Dessa forma, o rural se subdivide em 15 distritos oficiais, com média de 3 pessoas por família, com destaque para os distritos de Poço de Pedras e Pau Darco que apresentam uma população superior a 300 habitantes. Primeiramente, obteve-se embasamento teórico referente ao conceito de “espaço” a partir de alguns autores, como Santos (1988, 2006) e Harvey (2006). A definição do “urbano” no IBGE (1999), e posteriormente a concepção de “território rural”, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2005). Outro elemento importante é o que se refere à relação entre o “Rural e o Urbano”, considerada em Endlich (2006). Além disso, averigua-se o “Novo Rural Brasileiro”, caracterizado por Alentejano (2000) e Silva (2004), e ainda o conceito de “Ruralidade” por Candiottto e Corrêa (2008), sem olvidar o contexto histórico do município tratado em Souza & Nunes (2010). Após o embasamento bibliográfico, acessamos ao banco de dados do IBGE e os dados atualizados da prefeitura, para uma análise e quantificação dos dados populacionais. O conceito de ruralidade vem desmistificar o fim do rural, já que pequenos municípios apresentam, em plena zona urbana, características tipicamente de ruralidades, em atividades produtivas e socioculturais. Estes, bem como o município estudado, portanto, podem ser assim considerados como “municípios rurais”.

Palavras-chave: Ruralidade. Riacho de Santana-RN. Territórios Rurais.

THE RURALITY IN RIACHO DE SANTANA COUNTY – RN

Abstract:

Distinguish rural from urban has been increasingly complex. Elements taken as rural and urban has been mixed, confusing the boundaries of these areas, especially after the so-called “urbanization of the countryside” and its effects on the “rurality”. Thus, this study aims to identify how rurality is characterized in the municipality of Santana de Santana - RN. For this, we consider the population density in the field, as evidenced by statistical data of population census of the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE, data and updated by the city regarding the municipality. Thus, the rural is subdivided into 15 official districts, with an average of 3 people per family, especially the districts of Poço de Pedras and Pau Darco presenting more than 300 inhabitants. First, we obtained theoretical background regarding the concept of “space” from some authors, such as Santos (1988, 2006) and Harvey (2006). The definition of “urban” in the IBGE (1999), and later the

concept of “rural territories”, according to the Ministry of Agrarian Development - MDA (2005) . Another important element is referred to the relationship between the “rural and urban”, considered by Endlich (2006). Moreover, scrutinizes it the “New Rural Brazilian”, characterized by Alentejo (2000) and Silva (2004), and even the concept of “rurality” for Candiottto and Corrêa (2008), without forgetting the historical context of the municipality treaty Souza & Nunes (2010). After the bibliographic basis, we access the database from IBGE and current data Prefecture, for the analysis and quantification of population data. The concept of rurality comes demystify the end of the country, since municipalities have small, fully urban area, features typically ruralities in productive activities and sociocultural. These, as well as the city studied, therefore, may well be considered “rural municipalities”.

Keywords : Rurality. Riacho de Santana-RN. Rural territories.

1 Introdução

Dentro da discussão que se estabelece em relação às pequenas cidades leva em consideração o aspecto de ruralidade, que caracteriza, ainda, boa parte dos pequenos municípios brasileiros com população de até 10.000 habitantes. Estes, representavam até o ano de 2006, cerca de 47% das cidades brasileiras, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

A definição do rural e do urbano gera uma inquietação em torno de diversos elementos de natureza social, espacial e econômica. O rural tem passado por transformações relativamente recentes desde meados do Século XX. Este vem se renovando, ao passo que já não se pode mais ser tratado apenas como um lugar de atraso. O chamado “novo rural” é um cenário que, ao menos no discurso, estaria propício ao desenvolvimento. Elementos até então classificados como rurais também são encontrados em ambientes urbanos e vice-versa. É nessa perspectiva que os conceitos de urbanidade do campo e caracterização da ruralidade (re) surgem nos debates acadêmicos.

Diante dessa ressalva, este trabalho pretende identificar como se caracterizam as ruralidades no Município de Riacho de Santana – RN, que apresenta um dado demográfico interessante. De acordo com o Censo do IBGE de 2010, 58,85% da população está concentrado na zona rural do município, o que é um quadro demográfico atípico, considerando que a maior parte dos municípios brasileiros são tidos urbanos.

Para a elaboração do trabalho obteve-se embasamento teórico referente ao conceito de espaço em autores como: Santos (1988; 2006) e Harvey (2006); a definição do urbano do IBGE (1999); território rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2005). E ainda, a relação entre o Rural e Urbano em Endlich (2006), bem como do “Novo Rural Brasileiro”, caracterizado por Alentejano (2000) e Silva (2004), assim como o conceito de Ruralidade por Candiottto e Corrêa (2008), e o contexto histórico do município por Souza & Nunes (2010).

Após o embasamento bibliográfico, buscamos os últimos censos do IBGE e os dados primários atualizados da prefeitura, para uma análise e quantificação dos dados populacionais, por intermédio de pesquisa de campo.

Sendo assim, o trabalho inicia apresentando breves considerações sobre a produção do espaço em linhas gerais para, em seguida, estabelecer diálogo temático entre o rural e o urbano. Para tanto, salienta elementos concernentes às distinções e similitudes relativos aos aspectos populacionais, delimitados como parâmetros fundamentais para averiguar a dinâmica da ruralidade no município em questão.

Na sequência, continua-se com o referencial teórico, discutindo a questão agrária e o capitalismo, enfocando a importância rural para a economia. Finalizando a parte conceitual do

trabalho, será apresentado o “novo rural” brasileiro, objetivando traçar o panorama atual do campo, configurando assim as características da nova ruralidade.

Em um segundo momento, faz-se a caracterização da área de estudo, a partir de uma breve explanação da formação territorial e contexto histórico do município de Riacho de Santana – RN.

Ao final, debruça-se sobre a ruralidade no município, enfocando a concentração populacional rural e alguns elementos econômicos que justificam a permanência do homem no campo, mesmo com relativo crescimento urbano.

2 Entre o rural e o urbano: distinções e similitudes populacionais

Os estudos geográficos voltados para a percepção do conceito de espaço exibem uma trajetória longa e se complementam. O espaço, em sua primeira instância, foi considerado um mero reflexo ou palco das ações humanas, classificado e subdividido em regiões naturais ou históricas. Na França, Pierre Foncin (1898) afirmou que um mesmo espaço pode apresentar características históricas e naturais, e que as alterações paisagísticas formadas por essas duas concepções são coincidência natural (FONCIN, 1898 *apud* CLAVAL, 1983, p.244).

Santos (1988) define espaço geográfico como um conjunto de objetos (naturais ou artificiais) e as suas relações advindas de uma sociedade capitalista, sejam estas sociais ou econômicas. Santos (2006) complementa afirmando que é um sistema de objetos e sistema de ações. O espaço, dessa forma seria construído e modificado a partir de ações humanas e do próprio sistema, alicerçada aos objetos que o constituem e que são produzidos por estas relações.

Outro autor que trabalha o conceito de espaço é Harvey (2006) e salienta que o termo espaço é complexo e apresenta uma variedade de contextos, como o espaço “pessoal” ou “social”. Entende-se assim que é atribuído ao espaço um valor, ou sentido de natureza funcional e simbólica nessa perspectiva, discutirá o espaço de uma cidade em suas instâncias urbana e rural.

Todavia, antes de se conceber tal discussão é importante compreender o conceito de Cidade, pois serão discutidas as instâncias espaciais de uma cidade, dessa forma a consideramos como sendo um espaço caracterizado por cada nação de uma forma singular, e com um critério específico seja este populacional, econômico ou político administrativo. No Brasil, o IBGE reconhece como cidade os aglomerados urbanos que cumprem o papel de abrigar as sedes das unidades de gestão (prefeituras), ou seja, é adotado o critério político – administrativo. Segundo o IBGE (1999), é considerada área urbanizada toda vila ou cidade, *legalmente definida* como urbana e caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, e aquelas reservadas à expansão urbana. O espaço urbano seria a sede do município e o rural toda área não urbana, dividida em distritos: os chamados *sítios*.

Entretanto, o urbano é considerado por Corrêa (2003) como um espaço “[...] fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”. Veiga (2002) critica o critério que o IBGE utiliza para denominar as cidades, alegando que dessa forma os que seriam aldeias ou vilarejos com 2.000 habitantes, podem ser também, considerados cidades. Essas pequenas cidades que apresentam uma população inferior a 10.000 habitantes, em sua maioria, apresentam um urbano pouco desenvolvido, e uma economia primária como fonte de subsistência da população, o que fortalece o agrário.

Por outro lado, o Ministério de Desenvolvimento Agrário ao trabalhar a relação rural-urbano, considera de suma importância o conceito de Território, conceituado como

Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2005, p.11).

Desta forma, o território está intimamente ligado à identidade social, não mais considerando as fronteiras impostas pelo IBGE, é nessa perspectiva que o MDA traça os territórios rurais.

Para o MDA, os *territórios rurais* são espaços onde os critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial, apresentam, explícita ou implicitamente, a predominância de elementos “rurais”. No entanto, incluem-se nesta perspectiva também os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados (SILVA, SILVA, 2012, p.2).

Distinguir as zonas urbana e rural de um município não é uma tarefa fácil na atualidade, pois as ideias clássicas que assinalam o urbano como lugar do progresso e o rural do atraso, já não podem ser mais considerados como verdades absolutas ou incontestáveis. Isto porque a revolução técnico-científico-informacional, bem como o avanço das tecnologias e o desenvolvimento industrial propiciaram transformações em ambos os espaços. A agricultura está cada vez mais modernizada, fazendo com que, segundo Veiga (2002), o rural deixe de ser visto como um lugar de atraso para se tornar um campo de desenvolvimento de atividades capitalistas.

Santos (2008) se apropria do conceito de Formação Econômica Social, formulado por Marx e Engels, e o insere na dimensão espacial, e ainda ressalta que a evolução da formação social está condicionada pela organização do espaço. “O modo de produção seria o ‘gênero’, cujas formações sociais seriam as ‘espécies’, o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização e somente a FES seria a *possibilidade realizada*” (SANTOS, 2008, p. 27, grifo do autor).

Desta forma o espaço seria constituído de formas, que são criadas pela ação humana e transformado em objetos materiais, gerando uma totalidade de formações sociais. No mundo capitalista atual as atribuições do homem ao espaço o identificam e o modificam. Esse processo inserido no espaço rural, o valorizou e o atribuiu uma nova configuração, uma vez que existem especificidades na formação econômica e social e estas atribuem diferenças espaciais. Para enfatizar esta afirmativa, Moreira e Gaviria (2002) colocam que há uma articulação entre as noções de rural e de identidade social.

O avanço da tecnologia informacional e o desenvolvimento dos transportes, facilitando o fluxo de mercadorias e pessoas, promoveu um comércio mais dinâmico no espaço agrário, desenvolvendo o capitalismo no âmbito rural. Desta forma, o campo e a cidade se aproximaram de forma significativa, realçando suas similitudes e sujeitos a absorção das características de ambos. Desta forma, Whitacker (2006) ressalta que o urbano e o rural não se definiriam apenas pelo que contém, mas pelo que relacionam e articulam.

Nesse sentido, a ideia de centro-periferia, em algumas localidades, foi substituída pela chamada “*urbanização do campo*” e a “*ruralidade*” (elementos até então urbanos são encontrados no meio rural e vice-versa). Esses conceitos, segundo Candiotta & Corrêa (2008), têm sido trabalhados como referências a territorialidades de indivíduos e grupos sociais, tanto socioculturais, como econômicas e/ou políticas, evidenciando que os espaços, mesmo distintos, crescem em consonância e articulação entre si.

2.1 A Questão Agrária e o Capitalismo

A divisão social do trabalho ocasionou a contraposição entre o rural e o urbano desde a Antiguidade. As primeiras divisões do trabalho estavam relacionadas à técnica de produção, e a biológica que, segundo Lefebvre (1969) corresponde à separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual. Logo, caberia à cidade funções de organização, direção, atividades políticas, militares e elaboração do conhecimento.

O rural não apresentava condições para o comércio, ficando este para o urbano. As primeiras divisões se baseavam em agricultura no campo e serviços no urbano. Contudo, afirma Endlich (2006) como se pode observar, a associação entre o rural e o urbano, ou o campo e a cidade a uma determinada atividade econômica restritamente tornam-se cada vez mais controversa. Assim sendo, a ruralidade, hoje, não deve estar vinculada, exclusivamente, a nenhuma atividade econômica.

As discussões entre o rural e o urbano se tornaram profícuas com o desenvolvimento capitalista e as transformações ocorridas na sociedade, reconfigurando esses espaços distintos, que, porém não podem ser compreendidos separadamente. Na Idade Média a divisão desses espaços se embasava, segundo Marx (1987) como separação entre capital e propriedade da terra, ou seja, como o início de uma existência e de um desenvolvimento do capital independente da propriedade da terra. A ideia que esses espaços, até então deliberados como opostos passa por objeções, ficando nítidas as relações fundadas.

O desprendimento da ideia tradicional do rural e urbano – O rural como lugar do atraso e o urbano de desenvolvimento – não significa uma supressão do rural, e sim um novo dinamismo a esse espaço, bem como um novo molde de relações socioeconômicas. O rural e o urbano estabelecem relações diretas, de forma que o crescimento e o desenvolvimento de cada um deles estão diretamente influenciados pelas harmonias ou conflitos - consequências dessa relação.

Relações que se estabelecem sobre bases diferenciadas, determinando hábitos e sociabilidades distintas. Funções e paisagens não homogêneas, cada qual com suas peculiaridades. Lógica dominante que transforma aquilo de que se quer apropriar, mas que também se apropria daquilo que não consegue transformar (BAGLI, 2006, p.82).

Embora os espaços rurais e urbanos, numa leitura contemporânea dessa relação, estejam intimamente ligados, apresentam contrastes. E, dessa forma, devem ser compreendidos de acordo com suas particularidades, e em conformidade com uma análise geral da mescla dos espaços.

Assevera Alentejano (2000) que, enquanto a dinâmica urbana praticamente independe de relações com a terra, tanto do ponto de vista econômico, como social e espacial, o rural está diretamente associado à terra, embora as formas como estas relações se dão sejam diversas e complexas.

A questão da temporalidade dos fatos nos espaços é nítida, e diferencia visivelmente a organização espacial e o modo de vida. O urbano, segundo Bagli (2006), é construído sobre um tempo mecânico e rápido, portanto, a lógica da rapidez dos acontecimentos determina o modo de vida social da população desse espaço. Já no rural o tempo é lento, as alterações se promulgam de maneira pouco fugaz, são perceptíveis em uma menor escala, mas não deixam de acontecer. Contudo, no quadro atual a dinâmica desses espaços não se configura mais somente dessa forma. O rural também apresenta espaços dinâmicos que se assemelham ao urbano.

O urbano e rural foram construídos com funções específicas, ditados pelo modo de vida capitalista, e que se alteram, e conseqüentemente modificam os modos de vida, os espaços se expandem ao mesmo tempo em que se recriam.

2.2 O “Novo Rural” Brasileiro

Os estudos agrários se iniciaram influenciados por dois momentos que permeavam entre as décadas de 1950 e 1970. O primeiro influenciado pela Guerra Fria e os notáveis crescimentos econômicos da época e o segundo pela expansão do capitalismo, o que fez com que o governo valorizasse o meio rural, tendo em vista que as atividades agrícolas da época ainda eram a principal atividade econômica. A partir disso,

alicerçada no que foi genericamente intitulado de "revolução verde", materializou-se de fato sob um padrão tecnológico o qual, onde foi implantado de forma significativa, rompeu radicalmente com o passado por integrar fortemente as famílias rurais a novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social e, em lento processo histórico, quebrando a relativa autonomia setorial que em outros tempos a agricultura teria experimentado. Com a disseminação de tal padrão na agricultura, desde então chamado de "moderno", o mundo rural (e as atividades agrícolas, em particular) passou a subordinar-se, como mera peça dependente, a novos interesses, classes e formas de vida e de consumo, majoritariamente urbanas, que a expansão econômica do período ensejou, em graus variados, nos diferentes países (NAVARRO, 2002, s/p).

Depois desse período de mudanças, com influência sobre suas funções e modo de vida social, o rural mostrou-se como local propício para o desenvolvimento e não um local de atraso. De acordo com Lefebvre (1975) a comunidade rural consiste em uma forma de agrupamento social que se organiza de forma historicamente determinada. No Brasil, atualmente são revigoradas as discussões baseadas numa sociedade capitalista, induzindo ao chamado novo rural brasileiro proposto por Silva (2004), onde já não se pode caracterizar o rural como somente agrário.

[...] Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um “continuum” do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária (SILVA, 2004, s/p).

Com o agrário apresentando uma viabilidade econômica, o Estado investe em políticas públicas de desenvolvimento econômico nesse setor, tais como: as políticas de valorização do campo, originando o chamado desenvolvimento rural que, segundo Navarro (2002), trata-se de uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças em um determinado ambiente rural.

Assim, influencia-se no desenvolvimento local do rural, que é propiciado por Organizações não Governamentais (ONG's) e a ação do Estado na busca do desenvolvimento do rural no município. Desta forma, o “desenvolvimento rural, portanto, pode ser analisado *a posteriori*, neste caso referindo-se às análises sobre programas já realizados pelo Estado (em seus diferentes níveis) visando a alterar facetas do mundo rural a partir de objetivos previamente definidos” (NAVARRO, 2002, s/p).

Atualmente, os estudos relacionados ao rural assinalam uma nova dinâmica no espaço, com relações mais próximas das quais suas características também podem ser encontradas no âmbito urbano. Por sua vez, também passam a apresentar características até então consideradas urbanas.

O que nos remete ao conceito de ruralidade que, segundo Candiottto e Corrêa (2008), é um processo de valorização do rural. “As ruralidades seriam compostas por objetos, ações e representações peculiares do rural, com destaque para as representações e identidades rurais dos indivíduos e grupos sociais” (MOREIRA, 2005 *apud* CANDIOTTO E CORRÊA, 2008, p.233).

As ruralidades estão inseridas no novo rural brasileiro, caracterizado por Silva (2004) como aquele encontrado principalmente na maioria dos pequenos municípios do Sul e Sudeste do País, com o rural mais desenvolvido. Estes municípios têm sua economia fortalecida no agrário, por esse motivo, afirma Wanderley (2001), que a sociedade brasileira parece ter um novo olhar sobre o rural.

Apesar de o Brasil ser um país de população predominantemente urbana, com apenas cerca de 20% de sua população residindo em áreas rurais, segundo dados do Censo do IBGE de 2000, grande parte de nosso vasto território permanece rural e apresenta forte potencial agrícola (MARQUES, 2002, p. 97).

O crescimento econômico e o incremento científico-técnico alteraram o rural. Os elementos que compõem a ruralidade, hoje modificados, predominam nos pequenos municípios e refletem na organização de sua dinâmica espacial. Por esta razão Veiga (2002) indaga se as pequenas cidades realmente são cidades urbanas, polos rurais ou cidades imaginárias.

3 Caracterização da área de estudo

Em 1888, um pequeno vilarejo começava a se formar nas mediações do Rio Santana, com o nome de Alto dos Bernardinos. As primeiras famílias investem em fazendas, trabalhando na agricultura e pecuária, mas, com o decorrer do tempo a população cresce e vão surgindo as primeiras escolas, igrejas e se consolida o comércio. O vilarejo Alto dos Bernardinos se torna vila denominada de Riacho de Santana pertencente ao município de Pau dos Ferros. O Contexto Histórico da Cidade é retratado no livro *Da aroeira à Cidade: nos caminhos do Rio Santana*.

Segundo o IDEMA (2008), pela lei nº 2.780, do dia 10 de maio de 1962, Riacho de Santana desmembrou-se de Pau dos Ferros, passando à condição de município do Rio Grande do Norte.

O Município de Riacho de Santana (Figura 1) é localizado na Mesorregião Oeste Potiguar, e na Microrregião da Serra de São Miguel, no Estado do Rio Grande do Norte. Limita-se com os municípios de Água Nova, José Da Penha, Luis Gomes, Rafael Fernandes, Marcelino Vieira e Coronel João Pessoa. Abrange uma área de 129 km². (IBGE, 2010).

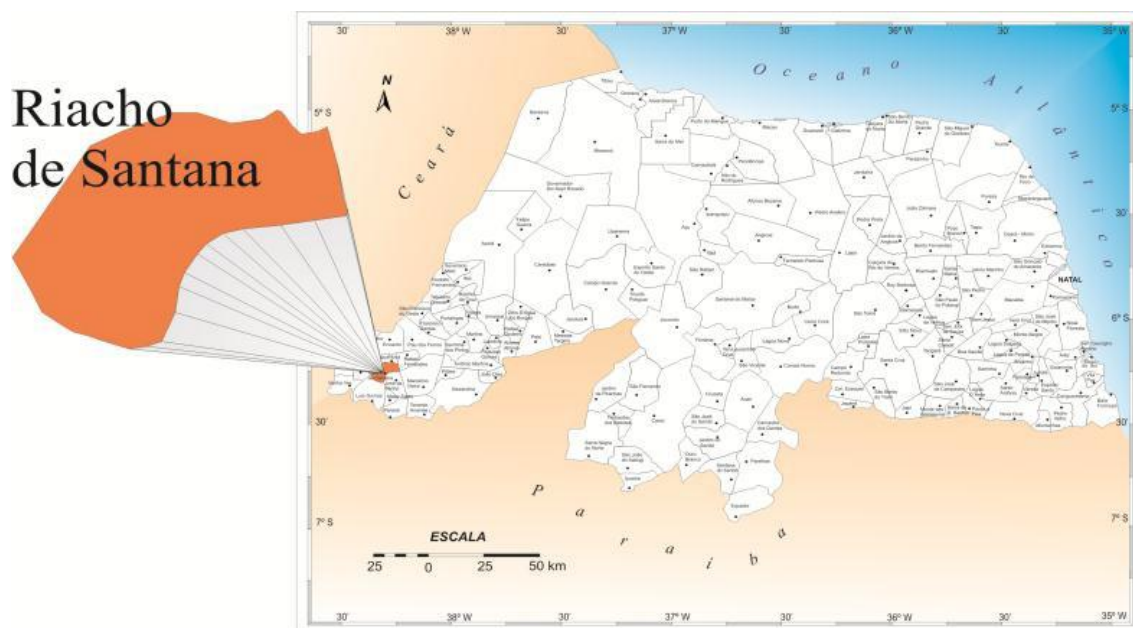


Figura 1: Localização da cidade de Riacho de Santana – RN.
 Fonte: PEREIRA, BEZERRA (2011).

De acordo com o censo do IBGE de 2010, o município tem uma população de 4.157 habitantes (Figura 2), distribuídos na zona urbana da cidade com 1.710 e na zona rural com 2.446, sendo o campo equivalente a 58,85% da população do município.

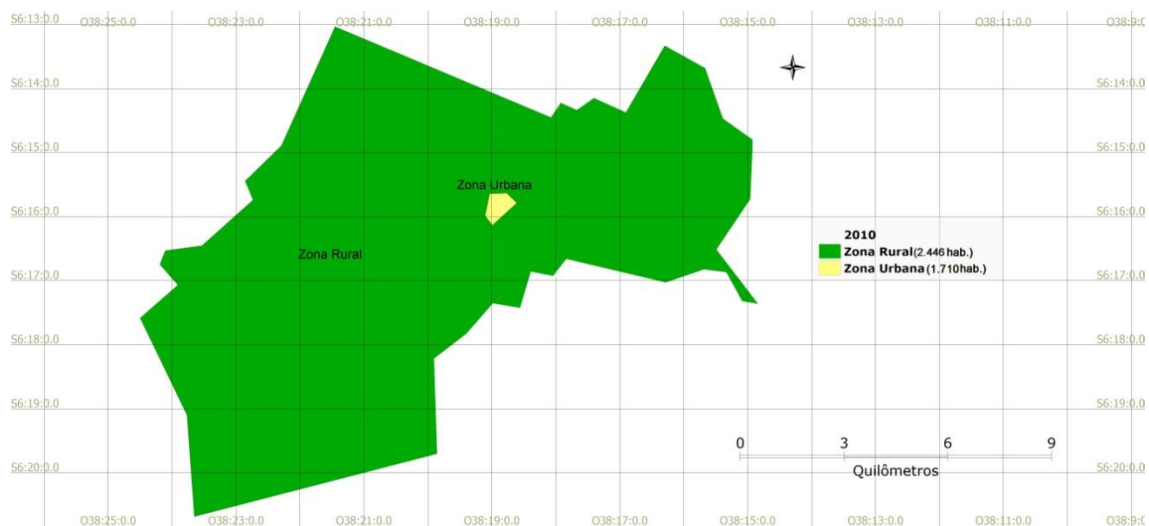


Figura 2: Distribuição Populacional Zona Urbana e Rural de Riacho de Santana – RN.
 Fonte: Mapa Base do IBGE. Adaptado por LIMA & FERREIRA (2011).

Dados oficiais da prefeitura do município, atualizados no ano de 2013, descrevem a população que se distribui em 29 ruas no perímetro urbano e 15 distritos oficiais (Quadro 1) na zona rural. Nos distritos, ocorre uma média de 3 pessoas por família, sendo que é no campo onde se concentra a maior parte da população.

	Localidade	Nº de Famílias	Nº de Habitantes
01	Poço de Pedras	114	379
02	Pau Darco	114	330
03	Catolezinho	85	271
04	Caiçara	80	229
05	Tabuleiro do Padre	64	208
06	Paul	59	167
07	Gameleira	51	161
08	Santo Antonio	41	135
09	Catingueira	38	132
10	Sobradinho	43	124
11	Quintas	26	90
12	Lagoa de Pedra	12	44
13	Caeriras	14	42
14	Múquem	10	34
15	Baixa do Arroz	8	27

Quadro 1: Lista dos 15 distritos oficiais do município

Fonte: do autor, 2013.

Dentre os distritos retratados, destaca-se Poço de Pedras e Pau Darco, que apresentam ambos, respectivamente, uma população superior a 300 habitantes. Estes espaços também se sobressaem no setor econômico do município, através do comércio e agropecuária acentuada.

Diante dessas informações sobre o município de Riacho de Santana, procura-se tecer algumas considerações referentes às ruralidades encontradas, com ênfase para a caracterização da concentração populacional no campo.

4 As manifestações de ruralidade no município

As ruralidades se constituem por elementos peculiares do rural, sejam estas sociais, econômicas ou culturais, que, articulados formam a identidade social de um povo. Essas ruralidades não são restritas ao campo, apresentando o urbano também com aporte a tais condicionantes.

Nesse sentido, analisaremos o município de Riacho de Santana que fica localizado no Alto Oeste (Figura 4) do Estado do Rio Grande do Norte. Para tanto, levando em consideração a discussão em torno das “novas configurações do campo brasileiro” - às quais questionam a delimitação oficial do IBGE em relação aos espaços urbano e rural – far-se-á um leitura de contraste a partir da concepção dos territórios rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). De acordo com o MDA (2007), há uma interação entre as diversas instâncias que compõem os espaços urbano e rural dos municípios brasileiros sejam elas, ambientais, sociais, culturais, econômicas ou políticas institucionais. Dessa forma, é apresentado uma nova dinâmica de territórios, ao contrário do IBGE estes não seriam

delimitados de forma administrativa, e sim de acordo com suas características, dificultando ainda mais a diferenciação do rural e urbano.

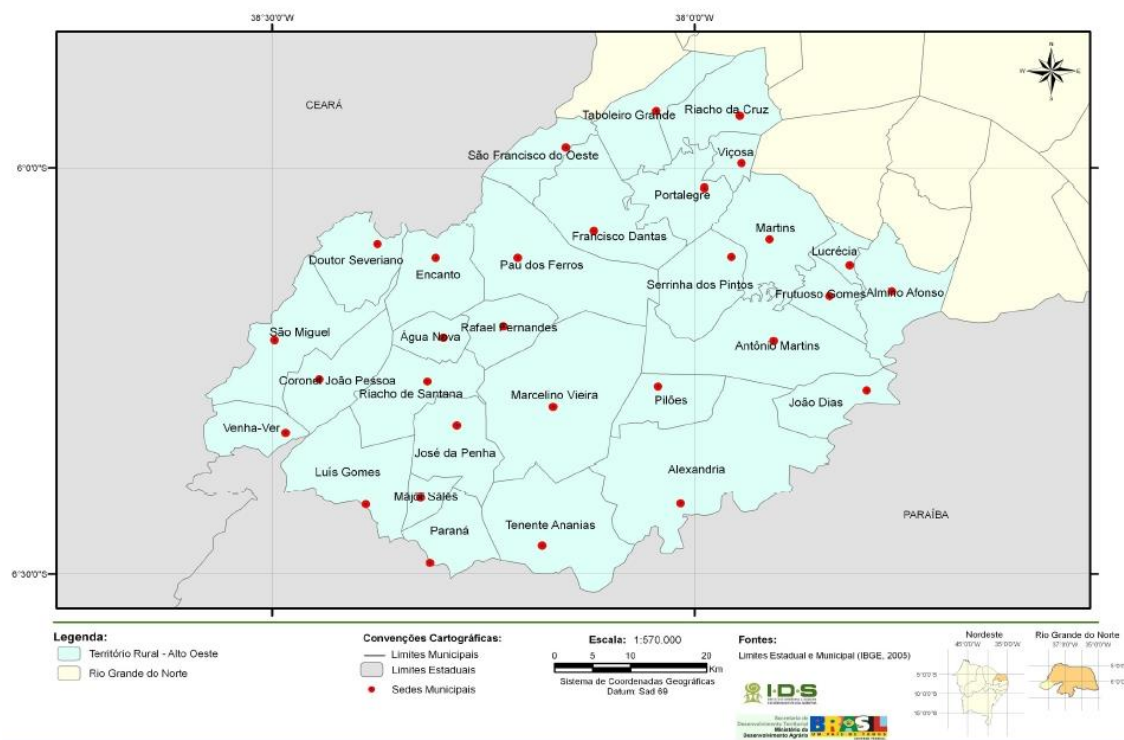


Figura 3 Território Rural do Alto Oeste – RN, segundo MDA.
Fonte MDA (2007)

Dessa forma, Riacho de Santana faz parte do território rural denominado Alto Oeste Potiguar. Este território, delimitado pelo MDA tem 4.048 km² e é composto com por 30 pequenas e médias cidades, e considera as relações estabelecidas interna e externamente entre os municípios, e a predominância de elementos rurais.

Para o MDA as áreas urbanas de pequenas cidades apresentam uma identidade social rural, sendo assim delimita os espaços de acordo com os traços rurais apresentados, justificando assim cidades pequenas como Pau dos Ferros (27.745 habitantes, segundo o IBGE 2010) serem consideradas cidades rurais, mesmo apresentando elementos do setor terciário com bastante expressão para a dinâmica urbano-regional do Alto Oeste Potiguar.

O município de Riacho de Santana, dentro desse contexto, apresenta uma vocação rural que se estende além da predominância de elementos culturais rurais e economia voltada para agricultura e pecuária, a sua população está concentrada, em sua maior parte, na zona rural (Quadro 2). Esta condição identificando-o como município tipicamente rural.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA POPULAÇÃO				
Situação Do Domicílio	Variável x Ano			
	População residente (Pessoas)		População residente (Percentual)	
	2000	2010	2000	2010
Total	4.200	4.156	100,00 %	100,00 %
Urbana	1.586	1.710	37,76 %	41,15%
Rural	2.614	2.446	62,24%	58,85%

Quadro 2: População Residente Urbana e Rural de Riacho de Santana – RN.

Fonte Dados do IBGE.

O quadro acima mostra a população do município nos anos 2000 e 2010, respectivamente. Assim, comprovam a centralização rural, que, no ano de 2010 representava 58,85% da população total do município.

Considerando o aspecto populacional, para o IBGE, Riacho de Santana é mais tipicamente rural que urbano. No entanto, para o MDA todo o limite territorial do referido município deve ser considerado território rural – área de abrangência da política de desenvolvimento rural sustentável do ministério. Isto ocorre, por o município apresentar características rurais até mesmo na zona urbana, e estabelecer forte dependência e relações internas com a zona rural.

A população rural do município está dividida em 15 distritos oficiais (Figura 4), de acordo com dados oficiais da prefeitura. Os distritos de Poço de Pedras e Pau Darco se destacam por apresentarem uma população superior a 300 habitantes, localizados distantes um do outro e também da considerada sede urbana do município, são considerados bases econômicas para a população.

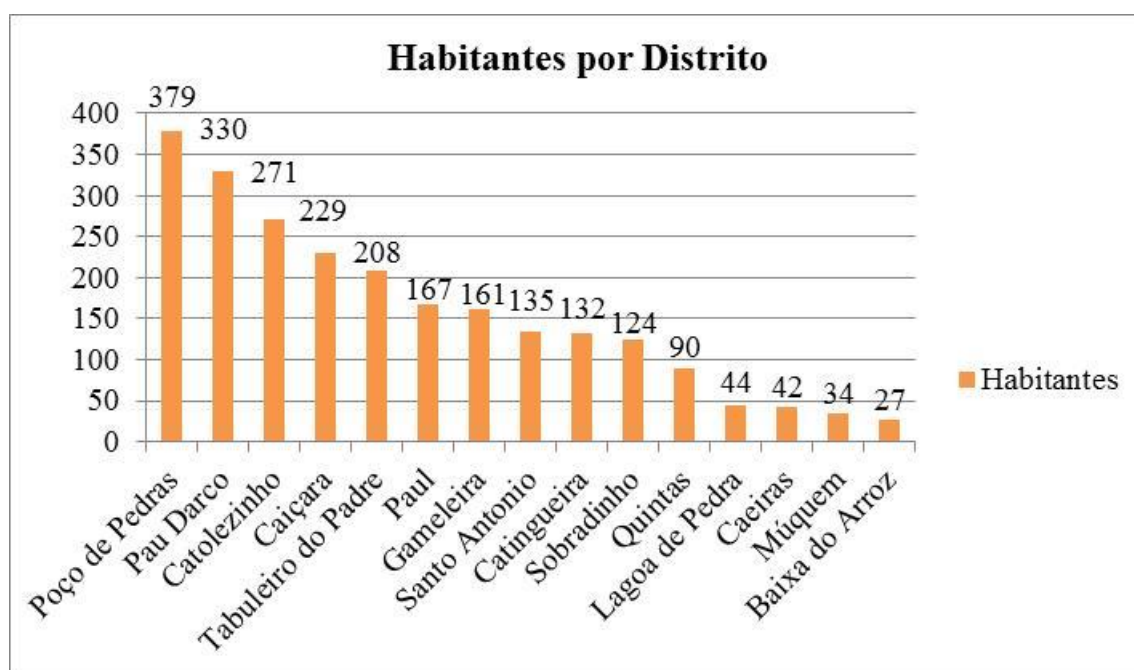


Figura 4: Distribuição da população rural de Riacho de Santana – RN.

Fonte: Dados da Prefeitura (2013).

O povoamento rural é associado à colonização do município e as primeiras atividades econômicas. Os distritos do Poço de Pedras e Pau Darco apesar de terem uma agricultura e pecuária desenvolvida e já estarem inseridos em outras atividades de comércio, ainda mantêm antigas atividades como a casa da farinha (Figura 4) e os Engenhos (Figura 5).



Figura 4 Casa de Farinha no Distrito de Poço de Pedras. **Figura 5** Engenho no Distrito do Pau Darco.

Fonte Acervo do Pesquisador 2012.

Fonte Acervo do Pesquisador 2012.

As imagens acima representam valores econômicos e culturais dos distritos, e foram as primeiras atividades econômicas no município que são preservados desde o período de sua colonização e prevalecem até os dias atuais.

5 Considerações Finais

Delimitar um determinado espaço como rural ou urbano não pode, hoje, se embasar em pretensões absolutas. Determinado espaço não pode mais ser unicamente classificado somente como urbano ou rural. Atualmente, os territórios apresentam características destas duas dimensões espaciais. Os termos *ruralidade* e *urbanidade do campo* se encaixam paradoxalmente na sociedade atual.

No Brasil a delimitação do urbano e do rural tem caráter unicamente administrativo, todavia, o município pode apresentar, no conjunto de suas funcionalidades, elementos que reflitam a dinâmica local para além do tradicional domínio do signo cidade - caracterizado pela concentração socioespacial das atividades político-administrativas e econômico-produtivas na sede urbana municipal. O rural, por sua vez, pode apresentar uma preeminência tal, configurando-se como uma “nova espacialidade” em termos territoriais. Tantos em termos demográfico-populacionais, como em realização da produção do espaço em suas dimensões socioprodutivas, com toda a gama de desdobramentos socioterritoriais.

O rural se transformou e continua se transformando, de forma a ser um espaço atrativo para o mundo capitalista. A nova configuração do mundo agrário fez emergir especulações sobre o fim da ruralidade que caracterizava o mundo rural tradicional. Porém, deve-se considerar o contrário, a valorização das potencialidades do rural que o fez modificar-se e adaptar-se às exigências do mundo modernizado, reinventando-se e obtendo outras funções.

Não houve o fim do rural. Houve, contraditoriamente, a transição de um “lugar de atraso” para um “lugar de desenvolvimento”, movida pela sociedade capitalista de consumo – personificada na reestruturação produtiva no/do campo. Na verdade, o que existe de fato são permanências e coexistências no espaço agrário. Temporalidades distintas coabitam na constituição dos territórios rurais contemporâneos. Passado e presente. Tradição e modernidade. Entre o discurso do atraso e a panaceia do desenvolvimento rural, estaria à síntese da configuração socioespacial do campo na atualidade.

Dentro desse contexto, o conceito de ruralidade vem desmistificar o fim do rural, justificando que, mesmo com a modernidade do campo, este, por sua vez não perde

totalmente suas características e permanece, em parte preservando sua identidade social. Tal modificação na leitura do mundo rural de hoje, conforme o próprio MDA, no ato de classificar os territórios rurais comprova esta assertiva, no momento que estende as fronteiras do espaço rural, até onde elementos rurais sejam identificados.

Um novo olhar reflete o agrário quando cidades se dinamizam ou até mesmo surgem com suas economias fortalecidas. Atréadas às atividades modernas dos CAIS's.

Por outro lado, mesmo as áreas urbanas de pequenas cidades apresentam uma identidade social rural, o que torna os pequenos municípios em verdadeiras “municípios rurais”.

A ruralidade não se limita ao quadro populacional, é representada através de outros fatores, sejam estes culturais, econômicos ou sociais. Os elementos encontrados no rural de municípios como Riacho de Santana, são facilmente identificados também no urbano, concretizando em uma identidade rural, que se estende a todo o território do município.

Esse cenário de ruralidades é um quadro comum de pequenos municípios brasileiros, principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. No próprio território rural do Alto Oeste, podemos identificar outros pequenos municípios que apresentam tais características.

Sendo assim, Riacho de Santana apresenta uma tendência rural representada neste trabalho pela sua concentração populacional rural, influenciada pela economia. Porém as manifestações de ruralidade no município são diversas, como por exemplo, os fortes traços culturais nas festividades juninas, fato este, que comprova os traços rurais no âmbito urbano do município.

Riacho de Santana se destaca por ser um município que apresenta traços rurais que se estendem até o urbano da cidade. O que comprova que a classificação administrativa do IBGE na prática não se torna equivalente, a ruralidade está presente até mesmo na zona urbana, dificultando a delimitação do rural e do urbano, o que comprova as afirmações do MDA ao conceituar territórios rurais.

6 Referências

ALENTEJANO, P. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**. São Paulo, n.15, p.87-112, 2000.

BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. WHITACKER, Arthur Magon. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.81-110

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; CORRÊA, Walquíria Kruger. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v.3, n.5, p.214-242, fev. 2008.

CLAVAL, Paul. A Geografia e a percepção do espaço. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.45, n.02, p.243-255, abr./jun. 1983.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o rural e o urbano. In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. WHITACKER, Arthur Magon. (org's) **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.11-32.

HARVEY, D. Space as a keyword. In: CASTREE, N. e GREGORY, D. (org.). **David Harvey: a critical reader**. Malden e Oxford: Blackwell, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1998**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

_____. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php>. Acesso em 21 de julho de 2013.

_____. **Censo Demográfico**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=200&z=t&o=4&i=P>. Acesso em 20 de junho de 2013.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO RN - IDEMA. Perfil dos Municípios do RN. 2008, Natal- RN. Disponível em: http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/socio_economicos/arquivos/Perfil%202008/Riacho%20de%20Santana.pdf. Acesso em: 09 mar. 2013.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos Ltda, 1969.133 p.

_____. **de lo rural a lo urbano**. 3. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1975.

LIMA, Francisca Elizonete de Souza. FERREIRA, Larissa da Silva. Análise do programa bolsa família no contexto socioeconômico do município de Riacho de Santana-RN. **Revista GEOTemas**, Pau dos Ferros, v.1, n.2, p.35-51, jul./dez., 2011.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, v.18, n.19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MARX, K. **A ideologia alemã**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1987.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**. Brasília: MDA/SDT – CONDRAF, 2005.

MOREIRA, Roberto José; GAVIRIA, Margarita Rosa. Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na Comunidade de Taquari. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.18, p.47-721, abril 2002.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.16, n.44, 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**, Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

_____. **Da totalidade ao lugar**. 1. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. (Coleção Milton Santos; 7).

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO/SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS/INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. (2007) **Plano de desenvolvimento sustentável da região do Alto Oeste**. Pau dos Ferros: SEPLAN/SEAI/IICA.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro: novas atividades rurais**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. v.6.

SILVA, C. N. M. SILVA, J. B. O enfoque territorial de desenvolvimento do MDA: uma aproximação teórico-conceitual. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária - ENGA, 2012, Uberlândia. **Anais...** do XXI ENGA, 2012. v.1, p.1-10.

SOUZA, Bruno Fernandes de. NUNES, Jéssica Laís Soares. **Da aroeira à cidade: nos caminhos do rio Santana**. Riacho de Santana – RN, 2010.

PEREIRA, José Jarbas de Carvalho. BEZERRA, Josué Alencar. Uma leitura sobre a agricultura familiar e práticas rurais nas comunidades de gameleira e poço da pedra, em Riacho de Santana-RN. **Revista GEOtemas**, Pau dos Ferros, v.1, n.2, p.19-34, jul./dez., 2011.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores. Associados, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **¿Una nueva ruralidad en América Latina?**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p.31-44

WHITACKER, Arthur Magon. Cidade Imaginada. Cidade Concebida. In: SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. WHITACKER, Arthur Magon. (org's) **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.131-15